

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003910-76.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória**  
 Requerente: **Marcos Roberto Marchesim**  
 Requerido: **Araguaia Construtora Brasileira de Rodovias Sa**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. Vilson Palaro Júnior

Vistos.

MARCOS ROBERTO MARCHESIM, já qualificado, ajuizou a presente ação de adjudicação compulsória contra ARAGUAIA CONSTRUTORA BRASILEIRA DE RODOVIAS S/A, também qualificada, alegando ter firmado com a ré Contrato Particular de Venda e Compra tendo por objeto parte do lote nº 249, parte B, da quadra 10, do Residencial Monsenhor Tortorelli, matriculado no CRI de São Carlos sob o nº 79.726, cujo preço já foi quitado, destacando que, não obstante tenha a ré se obrigado a outorgar a escritura definitiva, não o teria feito, à vista do que requereu seja a adjudicação compulsória do imóvel.

A ré, citada, se manifestou nos autos concordando com o pedido da autora, na medida em que valor do contrato foi integralmente pago.

É o relatório.

DECIDO.

Diante da expressa concordância da ré, acolho o pedido da autora, devendo, no entanto, como deu causa ao ajuizamento da ação, a ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que ADJUDICO o domínio do imóvel constituído do lote nº 249, parte B, da quadra 10, do Residencial Monsenhor Tortorelli, matriculado no CRI de São Carlos sob o nº 79.726, em favor de MARCOS ROBERTO MARCHESIM, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Transitada em julgado, expeça-se carta de adjudicação em favor do autor, ficando dispensada a requerida *Araguaia* da apresentação das certidões de tributos federais, estaduais e municipais, nos termos do inciso IV, parágrafo 8º, art.257, do Decreto nº 3048/99.

Providencie a serventia a baixa na pauta de audiências, certificando nos autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 13 de junho de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**